

Economia

ÁREA DE MARINHA

“Ninguém vai ser obrigado a pagar de novo por terreno”

A afirmação é de Lelo Coimbra, relator da MP 691, que trata da venda de imóveis da União em áreas de terreno de marinha

Dayane Freitas

O projeto do governo federal de vender imóveis em áreas de marinha deixou os moradores desses locais apreensivos em perder seus bens já adquiridos anteriormente.

Mas não há motivo para pânico, segundo o deputado federal do Estado Lelo Coimbra. “Ninguém será obrigado a comprar de novo por terrenos de marinha”, afirmou o parlamentar.

As áreas de marinha são compostas por terrenos ao longo de todo o litoral brasileiro que pertencem à União. Os moradores dessas áreas têm apenas uma autorização para ocupar o local, o que não garante a propriedade total.

Lelo explicou que a Medida Provisória (MP) 691, que trata da venda de imóveis da União em áreas de terreno de marinha, enviada pelo governo ao Congresso há alguns meses, sofreu alterações na Câmara para que os moradores desses locais tenham a garantia de que vão continuar morando no local.

“Queremos que aqueles que ocupam tenham garantias quanto à permanência em caso de não quiserem comprar o terreno da União”,

JULIA TERAYAMA - 22/07/2013



ÁREA de marinha em Bento Ferreira



LELO COIMBRA diz que medida sofreu alterações para que moradores tenham garantia que vão continuar morando

explicou o deputado, que é relator da MP 691. A medida faz parte do ajuste fiscal proposto pelo governo para reduzir o rombo nas contas públicas.

Para isso, a proposta, que deve ser votada hoje na Câmara dos Deputados, incluiu a garantia de que os interessados em comprar os terrenos paguem apenas pelo terreno, excluindo do cálculo as benfeitorias realizadas ao longo dos anos por eles, como explicou Lelo.

Também garante o parcelamento do pagamento em até 120 meses para quem comprar o terreno.

O superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no Estado, Magno Pires, ressaltou que é preciso esperar a aprovação da lei no Congresso para tomar qualquer atitude.

Se aprovada na Câmara, a MP será votada no Senado e precisa ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff até 28 de dezembro para virar lei.

Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar até o continente

1 TERRENOS DE MARINHA: ficam situados na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, criado em 1831, em direção ao continente. A grosso modo, a medida é feita a partir da vegetação de restinga.

LOCAIS

- > NO ESPÍRITO SANTO, a cobrança da taxa existe em 14 municípios.
- > EM VITÓRIA, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão

em área popular. Entre as regiões onde são cobradas as taxas estão Santa Lúcia, Ilha de Santa Maria e Bento Ferreira.

Fonte: Advogados, especialistas e pesquisa AT.



2 TAXA DE OCUPAÇÃO: terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, o percentual é de 5% (ao ano).

3 LAUDÊMIO: é um pagamento de 5% que o contribuinte faz pela transferência dos terrenos de marinha, que são considerados bens da União.

4 AFORAMENTO: já os foros pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.

Câmara vota hoje medida provisória

Marcos Rosetti
BRASÍLIA

Foi adiada de ontem para hoje, pela Câmara dos Deputados, a votação da MP 691 do governo, que trata dos terrenos de marinha. O projeto estava na pauta da sessão, que foi paralisada, às 19 horas, para realização de sessão do Congresso.

Para o relator da MP, deputado Lelo Coimbra, o certo é votar o relatório sobre a medida provisória após reunião do Congresso, por-

que foi feito um acordo com o governo no sentido de manter o veto presidencial nº 21, apostado a outro projeto que trata do mesmo tema, lei 12/2015, do Senado, que teve quatro itens vetados pela presidente Dilma Rousseff.

A MP 691 foi transformada em um Projeto de Lei de Conversão, PLC nº 24, por uma Comissão Mista. Após aprovado pela Câmara, ainda vai ao Senado.

As votações tem de ocorrer ainda este ano, porque a MP caduca

dia 28 de dezembro. Ou seja, perde a validade durante o recesso parlamentar. Se não for reeditada pelo governo, todas as deliberações, inclusive a alienação, transferências e constituição de fundos, previstos na MP, perdem vigência.

Apesar do acordo com o governo para manter o veto 21 e aprovar o PLC 24, vários deputados da bancada capixaba disseram que vão votar para derrubar o veto. “Voto pela derrubada do veto ao terreno de marinha porque o governo não

cumpriu o acordo”, disse o deputado Sérgio Vidigal. Também votam pela derrubada os deputados Paulo Foletto, Max Filho e Carlos Manato.

“Eu voto para derrubar os vetos. E no episódio dos terrenos de marinha, é uma negação, um acordo celebrado no Congresso. O governo fez o acordo com o Congresso, autorizou sua base a votar com o acordo construído e, depois, o governo voltou atrás e não honrou a palavra”, disse Max Filho.



CÂMARA dos Deputados: sessão

Governo vai demarcar todas as áreas até 2020

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) no Estado promete demarcar todos os terrenos de marinha do Estado até 2020.

“Cumprimos o Plano Nacional de Demarcação, uma exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) para a SPU no Brasil inteiro para que se conclua até 2020 a demarcação dos oito mil quilômetros do litoral”, explicou o superintendente da SPU no Estado, Magno Pires. Hoje, segundo ele, apenas 2.400 quilômetros no País são demarcados.

A demarcação no Estado, que já está sendo realizada, engloba os municípios de Serra, Cariacica, Vila Velha, Guarapari, Fundão, Aracruz, Linhares, Conceição da Barra, São Mateus, Anchieta, Itapemirim, Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy.

Segundo Pires, ainda não é possível saber quais as localidades a serem demarcadas.

Com isso, o número de imóveis na base de dados da SPU passará de 50 mil para algo entre 70 mil e 100 mil, segundo ele.

Atualmente, no Estado, estão demarcados 184 quilômetros de litoral. Com as novas demarcações, a intenção é chegar a pelo menos 354 quilômetros neste ano, faltando apenas 176 quilômetros até 2020, segundo Pires.